



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUHANA DA FONSECA DOS SANTOS

**A QUESTÃO DA FOME NO BRASIL SOB O NEOLIBERALISMO ENTRE
1994 E 2022**

Brasília,
2023

Luhana da Fonseca dos Santos

A questão da fome no Brasil sob o neoliberalismo entre 1994 e 2022

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social na Universidade de Brasília, sob a
orientação do Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo.**

**Brasília,
2023**

LUHANA DA FONSECA DOS SANTOS

A QUESTÃO DA FOME SOB O NEOLIBERALISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Dra Kênia Augusta Figueiredo

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (SER/UnB)

Erci Ribeiro

Mestra em Política Social

Professora Substituta do Departamento de Serviço Social (SER/UnB)

Igor Gabriel Pereira

Nutricionista

Nutricionista no Programa Mesa Brasil (Sesc DF)

Brasília/DF

2023

AGRADECIMENTOS

À professora Kênia Augusta Figueiredo que me encorajou e mediou meu desenvolvimento no olhar crítico para com os conteúdos, demonstrando neles a concretização de teoria e prática, de modo a instigar sempre a necessidade de uma busca pela ampliação das políticas sociais e democracia, ainda tão incompleta.

Também faço um agradecimento à professora Erci Ribeiro com que pude debater ideias e dar sentido às narrativas desenvolvidas neste trabalho, e por todas as contribuições e trocas adquiridas nessa reta final de graduação.

À minha parceira Nicole Ribeiro com quem felizmente divido tantos momentos, que me transmitiu calma e segurança em meus momentos de descrença, fazendo com que todo carinho me motivasse a prosseguir com este trabalho e me mostrando diariamente que sou capaz.

Agradeço também às minhas colegas de curso e à minha amiga desde o ensino médio: Kessya Epaminondas, Guiliana Sidrin e Gabriella Monteiro, por toda inspiração, ajuda e por serem companheiras desse processo tão especial da minha vida e de formação acadêmica.

Agradeço aos companheiros e amigos do estágio Gabriella Nunes, Igor Gabriel Pereira, Kamila Fonseca e Tharcisio Prates que foram fundamentais no processo da reta final da graduação que me incentivaram no árduo processo de escrita e me estimularam na busca de autores para escrita desse tema tão necessário.

Por fim, os maiores agradecimentos ficam reservados àquele que me apresentou ao Serviço Social com tanta paixão e dedicação pela profissão, meu irmão: Rodrigo da Fonseca dos Santos, através de sua vivência e cuidado, me mostrou o que é ser um assistente social. Tantas dificuldades que são ultrapassadas com uma determinação e luta diária contra esse sistema da necropolítica e de tantos desmontes. Sua história me mostra que as superações deixam marcas, mas que podemos nos curar com aqueles que nos querem bem e nos amam, as cicatrizes demonstram as barreiras enfrentadas que se transformam cada dia em força para continuar. Até porque como sempre dizemos “Você correu para que eu pudesse caminhar”.

A minha base para a profissão foi construída pelas trocas que tive contigo e hoje estar tão perto do objetivo que sonhei lá no meu ensino médio. Se hoje busco desenvolver uma prática

profissional seguindo ao código de ética da profissão, isso está ligado ao exemplo de irmão e assistente social que você é. Por isso, agradeço a ti a profissional que estou me tornando.

“A fome e a miséria terão que estar em todos os debates, palanques e comícios.”

Betinho

RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre a questão da fome como um problema decorrente do sistema capitalista aprofundado pelo neoliberalismo, sendo o reconhecimento do direito humano à alimentação fundamental para a efetivação de políticas sociais. A fome no Brasil é fruto de um processo histórico reflexo da má distribuição de renda no país e do tipo de política que se aplica para a população. Nas pesquisas realizadas durante o estudo para execução deste trabalho foi analisado os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, ou seja, uma análise de 1994 até 2022, com o objetivo de entender os programas desenvolvidos por esses governos e qual foi o impacto em relação a expressão da Questão Social da fome na população brasileira. O Serviço Social, enquanto profissão que tem o objetivo de intervir nas múltiplas expressões da Questão Social, insere-se no campo da segurança alimentar, podendo realizar suas intervenções por meio da percepção da totalidade e contribuir com políticas sociais, que tenham como base o combate à fome no território nacional.

Palavras-chave: Fome; Segurança alimentar; Serviço Social.

ABSTRACT

This work is a reflection on the issue of hunger as a problem arising from the capitalist system deepened by neoliberalism, and the recognition of the human right to food is fundamental for the implementation of social policies. Hunger in Brazil is the result of a historical process that reflects the poor distribution of income in the country and the type of policy that is applied to the population. In the research carried out during the study for this work, the governments of Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva and Jair Messias Bolsonaro were analyzed, that is, an analysis from 1994 to 2022, with the aim of understanding the programs developed by these governments and what the impact was in relation to the expression of the Social Question of hunger in the Brazilian population. Social Work, as a profession that aims to intervene in the multiple expressions of the Social Question, is inserted in the field of food security, and can carry out its interventions through the perception of totality and contribute to social policies, which are based on the fight against hunger in the national territory.

Keywords: Hunger; Food security; Social work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSM	Plano Brasil Sem Miséria
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional
MESA	Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PCFMV	Plano de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – A história da fome no Brasil.....	13
1.1 – A história do enfrentamento a fome no Brasil.....	17
1.1.1 – A Constituição de 1988 e a hegemonia do neoliberalismo no Brasil.....	23
CAPÍTULO II – As Políticas sociais de combate a fome no Brasil sob a hegemonia neoliberal.....	27
2.1 – FHC e o comunidade solidária.....	30
2.2 – Lula: o Brasil contra a fome e a transferência de renda.....	31
2.3 – O combate à fome após o golpe político de 2016.....	34
CAPÍTULO III - Serviço Social e o debate sobre a fome no Brasil.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

Eu procurei entender
 qual a receita da fome,
 quais são seus
 ingredientes,
 a origem do seu nome.
 Entender também por
 que
 falta tanto o “de comê”,
 se todo mundo é igual,
 chega a dar um calafrio
 saber que o prato vazio
 é o prato principal.
 Do que é que a fome é
 feita
 se não tem gosto nem
 cor
 não cheira nem fede a
 nada
 e o nada é seu sabor.
 Qual o endereço dela,
 se ela tá lá na favela
 ou nas brenhas do
 sertão?
 É companheira da
 morte
 mesmo assim não é mais
 forte que um pedaço de
 pão.
 Que rainha estranha é
 essa que só reina na
 miséria,
 que entra em milhões de
 lares

sem sorrir, com a cara
 séria,
 que provoca dor e medo
 e sem encostar um dedo
 causa em nós tantas
 feridas.
 A maior ladra do
 mundo
 que nesse exato segundo
 roubou mais algumas
 vidas.
 Continuei sem saber
 do que é que a fome é
 feita,
 mas vi que a
 desigualdade
 deixa ela satisfeita.
 Foi aí que eu percebi:
 por isso que eu não a vi
 olhei pro lugar errado
 ela tá em outro canto
 entendi que a dor e o
 pranto eram só seu
 resultado.
 Achei seus ingredientes
 na origem da receita,
 no egoísmo do homem,
 na partilha que é mal
 feita.
 E mexendo um
 caldeirão
 eu vi a corrupção

cozinhando a tal da
 fome,
 temperando com
 vaidade,
 misturando com
 maldade
 pro pobre que lhe
 consome.
 Acrescentou na receita
 notas superfaturadas,
 um quilo de
 desemprego,
 trinta verbas desviadas,
 rebolou no caldeirão
 vinte gramas de inflação
 e trinta escolas
 fechadas.
 Sendo assim, se a fome é
 feita
 de tudo que é do mal,
 é consertando a origem
 que a gente muda o
 final.
 Fiz uma conta, ligeiro:
 se juntar todo o
 dinheiro
 dessa tal corrupção,
 mata a fome em todo
 canto
 e ainda sobra outro
 tanto pra saúde e
 educação.
 (Bráulio Bessa)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva refletir criticamente sobre a questão da fome no Brasil, sob hegemonia do neoliberalismo. A questão da fome no Brasil é um problema que tem sido enfrentado ao longo dos anos com avanços e retrocessos em seu enfrentamento.

O capitalismo, como um sistema econômico e político, valoriza a liberdade de mercado e redução do Estado, tendo o neoliberalismo como gestor hegemônico desse sistema. Portanto, a fome é consequência direta da desigualdade social gerada por esse sistema, que propicia outras manifestações e fatores interconectados, incluindo a pobreza, falta de acesso a recursos, políticas inadequadas e desigualdade social, frutos da má distribuição de renda do país que é uma das mais perversas do mundo. Segundo relatório da ONU é o terceiro país mais desigual e que tem o Coeficiente Gini¹ é de 0,56 (PNUD,2010).

A fome é produto do capitalismo e sua má distribuição de riqueza socialmente produzida, sendo assim, a fome anda muitas vezes de mãos dadas com a pobreza. Sobre isso, Souza (2012, p.18) relaciona uma como consequência da outra, ao afirmar que “o problema afeta especialmente as pessoas mais pobres, notadamente das nações menos desenvolvidas e com grande desigualdade na distribuição da renda”. E aqui pode-se compreender a fome tanto como privação total de alimentos como por consumo insuficiente dos mesmos, como afirma Josué de Castro:

É que existem duas maneiras de morrer de fome: não comer nada e definhar de maneira vertiginosa até o fim, ou comer de maneira inadequada e entrar em um regime de carências ou deficiências específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte. Mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às suas repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo. (CASTRO, p. 77, 2003)

Com a minimização do Estado, que o neoliberalismo defende, ocorre uma redução na economia, para a classe trabalhadora, que resulta em políticas de austeridade, corte de gastos públicos e privatização dos setores públicos, tais como: saúde, educação,

¹ O Coeficiente de Gini é o índice usado para medir a desigualdade, que vai de 0 até 1, quanto mais próximo de 1 o indicador estiver, maior será a desigualdade.

assistência social, entre outros. E aqui destaco a “PEC da Morte” - PEC 55/2016² que restringem os gastos públicos, com o discurso de equilibrar o mesmo, mas onde o real objetivo é tirar os recursos para atender a população e enfraquecer os serviços públicos, e fortalecer as privatizações. Essas ações têm efeitos negativos diretamente ligados à população, incluindo o aumento da pobreza e da fome. Sendo essa, algo que não ocorre por acaso ou de forma acidental, é um projeto, que toca e dá forças à locomotiva capitalista e neoliberal.

Logo, ademais do que foi exposto sobre as ausências de Estado e retrocessos, ocorrem também contradições, tais como as políticas criadas que fazem parte do sistema capitalista, como uma forma de apaziguar e evitar uma revolta ao sistema. Por isso, algo que também será apresentado neste projeto são os diversos programas e iniciativas que foram implementados para o combate à fome e à pobreza, no período de 1994 a 2022, pelos governos do Brasil.

Um componente essencial para entender o sistema alimentar atual é compreender que ele é fruto de uma época histórica socialmente determinada e, neste caso, a era do capital que determina o sistema de mercadoria. Portanto, a Questão Social, baseada na crítica da economia política feita por Marx e Engels está nas contradições entre capital e trabalho, inerentes à sociedade capitalista. Nesta sociedade, a riqueza produzida socialmente é distribuída de forma desigual, ou seja, é concentrada e acumulada por uma classe social específica, a burguesia, causando um grande empobrecimento da classe trabalhadora.

Para que isso aconteça foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma criteriosa revisão da literatura referente à formação brasileira, sobre como a questão da fome se insere em um país tão rico em alimentos e de como seu enfrentamento tem se estabelecido na dinâmica brasileira, ou seja, se é como direito ou privilégio.

Portanto, o trabalho se divide em três capítulos. O primeiro trata da história da fome no Brasil. O segundo buscou entender o papel dos governos e as políticas sociais, e

² A Proposta de Emenda Constitucional nº 55 de 2016, foi nomeada como PEC da Morte pelos movimentos sociais, tendo em vista os cortes de gastos em políticas públicas, de saúde, educação e segurança, em um momento de ebulição social, após o Golpe político no mesmo ano, o qual retirou a presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff.

o terceiro capítulo visou entender sobre o papel do Serviço Social e da relação com os movimentos sociais no combate à fome.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA FOME NO BRASIL

“A pior coisa do mundo é a fome!”

(Carolina Maria de Jesus)

A temática da fome vai além de se pensar somente em acesso à alimentos, pois a comida está intimamente ligada à cultura, costumes, memórias, afetos etc. Além disso, não podemos reduzir a quantidade, nem tão pouco a qualidade dos alimentos, em especial, o caráter nutricional da comida. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA, 2006) todos têm direito a uma alimentação saudável, adequada, com qualidade, em quantidade e frequência corretas e sem comprometer o acesso a outros bens essenciais.

A desigualdade, a violência, o racismo e a divisão econômica do trabalho também estão presentes entre os fatores importantes nesta temática. É indispensável ter um olhar que se direcione a entender quem se alimenta, o que come e as determinações sociais por detrás disto. Cabe destacar que a riqueza e variedade gastronômica do Brasil não tem raízes no respeito à diversidade cultural, pelo contrário, a fusão da nossa gastronomia de diferentes influências em momento algum significou a estima da cultura indígena, pois, na verdade, fez parte do processo de colonização e usurpação de Portugal.

Trazendo uma perspectiva histórica, de como se dá, objetivamente, a formação social do Brasil a partir da colonização portuguesa, é importante inicialmente entender como Portugal, um país territorialmente pequeno, teve a capacidade de ocupar e se apropriar de um país de dimensões continentais, utilizando de uma cultura de soberania do branco em relação a outras raças e etnias, com a lógica de exploração e utilizando da igreja Católica e sua doutrinação.

A escassez de capital-homem, suprimam-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e política da parte do Estado (FREYRE,2005, p.70).

A violência é uma nítida marca do processo de colonização português por ser parte constitutiva de sua política. Não por acaso a invasão das terras brasileiras já se inicia dessa forma. E aqui coloco uma observação: A família portuguesa é legitimada e fortalecida pela Igreja católica que tem um papel muito importante na história brasileira. É, portanto,

a Igreja Católica, a princípio, que também norteou os fundamentos da vida social no Brasil, ajudando a definir de maneira objetiva a forma como os indivíduos, sociedade e futuramente o Estado tomavam suas decisões.

É a família portuguesa, com a legitimação da Igreja, que exerceu o poder e domínio sobre as terras brasileiras, colocando em prática as estratégias políticas e exercendo todo poderio econômico da colônia. Em teoria, a colonização acaba no ano de 1815, quando o Brasil se torna reino, através da decisão do rei D. João VI, porém, o Brasil continua ligado à Metrópole. Com isso, a colonização só acaba definitivamente no ano de 1822 com o processo de independência do Brasil.

Já no ano de 1889 o Brasil se tornou República Federativa do Brasil. Durante esse período (1889-1930), os políticos discutiram os rumos para os quais o território nacional ia se direcionar. De forma geral, a conscientização do período é que o país necessitava superar o atraso em que vivia, atraso esse que impedia chegar ao nível de civilização comparado a Europa e Estados Unidos.

O justificável atraso no processo de industrialização e a consequente urbanização e êxodo rural no século XX, apresentaram uma aparente modernização na sociedade brasileira, mas que permanecia atravessada por velhos problemas estruturais, os quais eram desconsiderados. Conforme destaca Sposati (2014), a falta de preocupação com a desigualdade social, racismo e a falta da execução de políticas voltadas à sociedade colocavam em risco a sobrevivência da maioria da população brasileira, sobretudo no que diz respeito ao acesso à alimentação.

No caso brasileiro é possível afirmar, salvo exceções, que até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da Questão Social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato enquadrada como “caso de política” e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos (SPOSATI et al., 2014, p. 41).

No entanto, desde a proclamação da República ocorreram diversas disputas não só sobre a real causa desse atraso, mas também sobre as propostas para superá-las, o que evidencia claramente os diversos projetos do Estado republicano. No entanto, apesar das divergências, desde a última década do século XIX até cerca da década de 1920 emerge um projeto liberal brasileiro, elaborado por meio da constituição de 1891 e regido por um sistema governamental (desde 1902), o que corroborou para a obtenção da especificidade.

A estrutura da sociedade brasileira neste período sofreu uma transformação, ao converter-se em república e em promulgar a libertação dos escravizados. Com a revolução industrial nos países centrais, surgem pressões para a extinção da escravidão nas antigas colônias que ainda conservavam o regime escravocrata, pois a industrialização demandava cada vez mais um mercado consumidor. E o trabalho escravo passava a ser mais caro em relação ao trabalho “livre”, assalariado. Desse modo, em 1888, com a expansão do capitalismo e com as imposições da economia internacional, o Brasil, tardiamente, aboliu a escravidão de modo oficial. Conforme destaca Saffioti (1985, p. 111):

No plano interno, não obstante tivesse o emprego da mão de obra escrava representado, efetivamente, a solução para o estabelecimento da grande empresa agrária exportadora e vitalizadora do capitalismo mercantil internacional, o escravo assumia, progressivamente, a função de negador das relações de produção típicas do sistema capitalista, afetando, assim, negativamente o polo já constituído destas relações de produção: o grande proprietário rural. Não só a miscigenação e o fundamento pecuniário da escravidão constituíam dois fatores de perturbação e de instabilidade nos liames que determinavam a relação senhor-escravo como também a produção baseada na mão de obra escrava se tornava cada vez mais cara relativamente à força de trabalho assalariada (...). A campanha abolicionista, entretanto, não representava, uniformemente, manifestação de uma consciência avançada (...) Lutando pela abolição do trabalho escravo, os brancos lutavam em benefício de seus próprios interesses”, não se importando, pois, em “transformar, como se afirmava, o escravo em cidadão, mas (em) transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre.

Na sequência da abolição, a realidade dos ex-escravizados não muda muito. As condições pós abolicionismo, não os colocavam em condições de cidadãos, os mesmos não eram vistos como pessoas, mas sim tratados como mercadoria, os indivíduos receberam uma “libertação” e foram abandonados ao acaso, sem nenhuma perspectiva de política pública que pudesse atendê-los. Para além disso, a medida tomada para superar o atraso, já citado anteriormente, foi a de higienizar as cidades, fazendo com que os ex-escravizados saíssem das cidades, com isso surgem muitas favelas.

O movimento de construção das favelas se dá no início do século XIX, após a abolição já citada. A falta de renda dos ex-escravizados e a discriminação, fizeram com que essa população se deslocasse para áreas mais afastadas dos centros das cidades e desenvolvessem construções de habitação de mais baixo custo. Advindo do passar dos anos, e a falta de políticas de habitação e renda, fizeram com que a população mais pobre também ocupasse esses espaços, ampliando o número de moradias nas favelas, sendo ainda mais intenso com a industrialização na metade do século XX.

Voltar o olhar para a história do Brasil é entender que a população negra e pobre não tinha direitos, a Questão Social não era reconhecida, o que intensifica uma visão de que esse grupo não são pessoas e não necessitam de direitos. O peso do escravismo na sociedade brasileira marcou as condições do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiro. Nessa perspectiva, para Fernandes, segundo Behring e Boschetti (2011, p.77), o movimento operário brasileiro em vez de fomentar a competição e o conflito, e nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo.

As pessoas escravizadas e as que receberam alforria não puderam manter seus hábitos alimentares. Câmara Cascudo destaca em seu livro “História da Alimentação Brasileira” (2011) que a dieta dos escravizados passa longe de ser aquela condimentada que se costuma imaginar, e no livro o autor traz relatos de senhores de engenho que comentam sobre a alimentação fornecida para a senzala, um deles destaca: “a base da alimentação do negro na senzala dos engenhos era farinha de mandioca e o angu de milho. [...] Negro não gosta de farofa, gosta é de pirão porque desce mais ligeiro” (CASCUDO, 2011, p. 205). É sobre essa base que a alimentação brasileira ganhará formas.

Outrossim, cito a autora Maria Carolina de Jesus (1960) que escreve “Quarto de despejo: Diário de uma favelada (1960)” onde em seus escritos registrava a rotina de seu dia a dia na favela do Canindé (SP) onde morava e relatava as dificuldades para viver com poucos recursos financeiros do seu trabalho como catadora de papel. Nos relatos de seu diário, a fome é constantemente exposta, fome essa que nas palavras da autora, é amarela e não aparece uma ou duas vezes, mas sim diversas vezes no decorrer de 5 anos de registro, dia após dia, a fome estava presente, relatando assim: *Uma dor insuportável e inquietante no estômago, que leva embora o sono, provoca tontura e deixa as pessoas irritadiças* (Jesus, 1960).

Em 2021, 61 anos após a primeira publicação do livro, o Brasil retornou ao mapa da fome. Pessoas revirando carnes descartadas por supermercados em busca de ossos e algum resquício de alimento, a falta de dinheiro para compra do gás de cozinha, gente sendo presa e assassinada por furtar comida, são notícias recentes, mas que não se distanciam das cenas observadas por Jesus (1960) na década de 60.

1.1 – A história do enfrentamento a fome no Brasil

Para entendermos melhor a questão da fome no Brasil e a sua necessidade de enfrentamento da mesma é imprescindível compreender o significado da política social e da Questão Social e as transformações ocorridas na sociedade em consequência do amadurecimento do sistema capitalista.

A origem da política social está relacionada às respostas e formas de enfrentamento às expressões da Questão Social no sistema capitalista. Em concordância com Pereira (2009) a política social surge nos fins do século XIX em resposta a conflitos sociais causados pelo avanço da industrialização e por uma progressiva conquista de direitos da classe dos trabalhadores.

É necessário ressaltar o que se entende por Questão Social. Para Netto (2001), a expressão “Questão Social” tem um histórico recente. Começou a ser debatida na terceira década do século XIX, surgindo para nomear o fenômeno do pauperismo. A pauperização da população trabalhadora foi resultado do capitalismo industrial e crescia na mesma medida em que aumentava a produção.

Diante disto, a Questão Social está atrelada às contradições entre capital e trabalho, inerentes à sociedade capitalista, nesta sociedade, onde a riqueza socialmente produzida é distribuída de forma desigual, sendo assim, a concentração e acumulação da riqueza pertence apenas a uma classe, a burguesia, implicando assim no empobrecimento da classe trabalhadora.

Na sociedade capitalista o Estado aparece com o papel de mediador de classes. As políticas sociais são resultantes, portanto, de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo (BERING; BOSCHETTI, 2011).

É imprescindível enfatizar que só é possível pensar em política social na sociedade burguesa a partir da emergência do capitalismo monopolista³. Para Netto (2011) com a

³ No final do século XIX o capitalismo concorrencial, caracterizado pelo domínio do liberalismo (livre concorrência), dá espaço para uma nova fase do sistema, a era monopolista. O capitalismo monopolista é caracterizado pelo amadurecimento do sistema, pelo controle do mercado e pela submissão do Estado burguês ao capital. Para Netto (2011), a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo que potenciam as contradições fundamentais do capitalismo (...)

consolidação da ordem monopólica, o que ocorre é a crescente e efetiva subordinação das políticas sociais privadas às públicas, o que não se passa sem conflitos e colisões.

O Estado liberal passa a ser predominantemente Estado social na fase monopolista do capital no século XX, isso acontece principalmente pela organização e mobilização da classe trabalhadora. Com isso, criam-se condições oportunas para a construção de um sistema de proteção social.

Para Pereira (2009), esse contexto histórico, social e político é marcado pelo Welfare State (Estado de Bem-Estar). Este modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público, implantou e geriu sistemas de proteção social.

Embora alguns autores façam uma associação direta entre política social e Welfare State ou Estado de Bem-Estar, Pereira (2009) compreende que não é possível estipular essa relação, porque os dois não são a mesma coisa. Para a autora, o Estado de Bem-Estar, ao contrário da política social, tem uma conotação histórica e normativa específica, que decorre do fundamento, dinâmica e institucionalidade próprios do perfil capitalista regulado que passou a vigorar a partir da Segunda Guerra Mundial. Já a política social tem caráter e escopo genéricos, o que lhe permite estar presente em toda e qualquer ação que envolva intervenção do Estado (PEREIRA, 2009).

Também é necessário esclarecer que não houve Estado de Bem-Estar nos países periféricos, a constituição das políticas sociais nesses países foi feita de forma diferente dos países centrais. Deste modo, o surgimento das políticas sociais no Brasil foi sendo desenvolvido de acordo com os movimentos organizados e por meio da pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composição de fora no âmbito do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

Na visão de Karl Marx, o bem-estar só será possível com a ditadura do proletariado e quando o Estado for superado e substituído por uma sociedade sem classes, e essa mobilização acontecerá com a consciência da miséria crescente do proletariado.

No sistema capitalista, a gestão da riqueza, deixada à mercê dos mecanismos impessoais do mercado, não leva em conta as necessidades humanas e o princípio da cooperação. Pelo contrário, impera, sob tal regime, a coerção e a

deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos críticos que detona.

competição. Sendo assim, os valores do bem-estar não podem fazer parte desse tipo de sociedade. Para que haja prevalência desses valores torna-se necessário que a produção seja regida por um critério social e a distribuição pelos imperativos das necessidades humanas. Isso, por seu turno, requererá que o domínio do mercado, da propriedade privada dos meios de produção e da produção de lucro seja extinto e haja o controle comunal sobre as condições de vida (PEREIRA, 2009,p. 125).

No final do século XIX e início do século XX, após II Guerra Mundial, colocou-se em xeque a utopia liberal, onde se afirmava que os sujeitos, ao buscarem seus interesses individuais e melhores condições de existência, melhorariam o bem-estar coletivo. Todavia, o processo na verdade expressou a comprovação da exploração e da desigualdade econômica e social.

Para Behring (2009), o enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de processos político-econômicos, onde é importante ressaltar dois: o crescimento do movimento operário e a monopolização do capital, onde cada vez mais o mercado passou a ser liderado por grandes monopólios e empresas, fazendo uma fusão entre capital financeiro e industrial, onde essa movimentação dependerá de um grande volume de dinheiro e dos bancos.

Nos anos 1929-1932, o capital passava por uma das maiores crises até o momento, para isso surge nos países centrais a aceitação da tese do economista britânico John Keynes, a qual defendia que cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem, nos períodos de depressão, como estímulo à economia (BEHRING, 2009)

Portanto, muda-se o paradigma da relação do Estado com a sociedade nos países centrais. Ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho, conforme destaca Behring (2009).

O Estado é tomado pelo capitalismo via burguesia, mas à medida que a classe trabalhadora busca legitimidade na luta democrática, fazendo intervenções e reivindicações para o Estado. É nesse processo de tensão entre os ditames monopolistas e os conflitos sociais que se insere a política social, como braço do Estado no trato para

com as demandas advindas das relações de produção, leia-se, Questão Social (NETTO, 2003).

O movimento operário ganhou força no início do século XX no Brasil. Influenciado pelos pensamentos anarquistas e socialistas europeus trazidos pelos trabalhadores imigrantes. Em 1907 é reconhecido o direito à organização sindical; em 1911 é reduzida a jornada de trabalho para 12 horas diárias e em 1923 é aprovada a Lei Eloy Chaves, que instituiu a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para os ferroviários e marítimos, categorias consideradas estratégicas para a economia da época (BEHRING; BOSCHETTI 2011, p.77).

Na década de 1930, com o governo Vargas, o país passa por uma modernização conservadora em suas estruturas políticas e econômicas. A indústria nacional cresce, todavia, “estavam pendentes a regulamentação do trabalho e o enfrentamento da Questão Social, até então vista exclusivamente como questão de polícia” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011,p.106).

A partir desse governo, o Estado passa a assumir a área social para além da coerção (MESTRINER, 2001; SPOSATI et al., 2014). Começam aí os institutos de aposentadoria dos Marítimos, no ano de 1933; dos Comerciantes, em 1934; dos Bancários, no mesmo ano; dos Industriários, em 1936; dos Empregados em Transportes e Cargas, também 1938; dos Operários Estivadores, em 1939; e os dos ferroviários e Servidores Públicos se integraram em 1960. Todo esse processo alcançou o sistema previdenciário brasileiro, fonte da Assistência Social no Brasil. Desse modo, Vargas se esforça para atender algumas demandas da classe trabalhadora para evitar conflitos e problemas na expansão da economia. Assim, ele regulamenta as trabalhistas, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes.

E quando se fala em alimentação, a caridade, instituições religiosas e leigas, estão presentes no Brasil desde sua colonização. Com a expansão do capitalismo, os movimentos sociais crescem com a luta e avançam nos direitos, com isso o Estado cede e começa a assumir seu papel em direção a assistência social e segurança alimentar.

Com a expansão do capital e a pauperização da força de trabalho, a assistência irá sendo apropriada pelo Estado sob duas formas: uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a Questão Social; outra para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho (SPOSATI et al., 2014, p. 41).

Pensar no combate a fome é pensar em políticas públicas e em assistência social, essa mesma que se desenvolveu no Brasil em meados de 1930 a partir da Igreja Católica, por meio das instituições filantrópicas e caritativas. A finalidade consistia em ajustar os indivíduos a sociedade, e esse trabalho era feito pelas “damas caridade” e mulheres ricas de uma alta classe, com o intuito de fazer caridade e poder cumprir com seus deveres religiosos.

Após a saída de Vargas do poder em 1945, o país passa por intensas turbulências econômicas, políticas e sociais. Afinal, o Brasil se tornou um país mais industrializado e urbanizado, iniciando a fase desenvolvimentista, onde o crescimento econômico era baseado nas indústrias, que tinha forte intervenção do Estado em seu crescimento.

Diante desse salto da economia capitalista brasileira, pouquíssimas pessoas produzem o seu próprio alimento, uma vez que as terras são concentradas nas mãos dos grandes produtores que são uma pequena parcela da população. Isso ocorreu pelo estímulo ao êxodo rural, com o aumento da industrialização no país, fomentou a urbanização, com a dificuldade e falta de políticas para os ambientes rurais, os indivíduos buscam melhores condições de vida nas cidades, e em 1970 o Brasil se torna um país urbanizado.

Esse processo, se classifica como emigração interna, onde os indivíduos saem de uma região sem recursos para uma região com oportunidades melhores para condição de vida, porém, a falta de políticas de planejamento urbano, causaram impactos econômicos e sociais. Nesse cenário, os que não dispõem desses meios de produção, têm como alternativa única a venda da sua força de trabalho em troca do salário, usando então parte deste para comprar os alimentos daqueles que os produzem.

Nessa perspectiva, se o indivíduo não tem dinheiro para trocar por alimento ficará sem ele. O alimento deixa de ter apenas um valor de uso que era qualitativo com a função de alimentar e passa a ser uma mercadoria, ou seja, dispor também de um valor de troca, assim como afirma Giannotti (2013):

“O valor de troca depende do valor de uso, mas o nega, bloqueia seu exercício, coloca-o entre parênteses. Para chegar até o consumo, a fruta deixa de ser comida para se consumir como objeto de troca, objeto cuja produção foi financiada em vista de sua comercialização. (GIANNOTTI, 2013, p. 92).”

Castro (1932) ao realizar estudos sobre as circunstâncias de vida das famílias operárias do Recife, ele observou que o consumo de alimentos era cerca de 71% do valor do salário. Diante disso, no decorrer do Estado Novo (1937-1945), surge o salário mínimo

e a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), promovido pelo Estado por meio do Decreto Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940, anunciado à Nação em discurso realizado pelo presidente Vargas:

[...] Assinamos hoje, um ato de incalculável alcance social, a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. Trata-se de antiga aspiração popular, promessa do movimento revolucionário de 1930, agora transformada em realidade depois de longos e apurados estudos. Procuraremos por esse meio assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de garantir-lhe o indispensável para o seu sustento e da própria família, estabelecendo um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando no decorrer do tempo os índices de saúde e de produtividade que auxiliarão a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso (Vargas, discurso de 1º de maio de 1940, *apud* Castro15, p.118)

Importante ressaltar que no final da década de 1950 e início da década de 1960, o país passou por uma grande recessão devido ao aumento da dívida externa, acarretando assim uma baixa nos salários, aumento da inflação e desemprego. Já no campo político, a instabilidade institucional imperava no país com suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a deposição do vice, João Goulart em 1964, culminando no Golpe Militar.

O período da Ditadura Militar (1964-1985), com objetivo de impedir que o socialismo chegasse no Brasil, foi marcado pelo silenciamento e contenção dos movimentos sociais, acabando com a liberdade, democracia e aumentando prisões e torturas. Contraditoriamente, a ditadura militar abria espaços para a privatização das políticas de saúde, previdência e educação, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais – para quem pode e para quem não pode pagar – (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), caracterizando o enfrentamento às expressões da Questão Social por meio de repressão e assistência, dualidade presente no sistema capitalista.

Com a organização dos movimentos sociais, esgotamento do projeto tecnocrático conservador militar e elevação da dívida pública, nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil passa pelo processo de democracia, que condiciona em muito a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 138).

Assim, a década de 1980 é marcada por relações burguesas à crise do capital. Ganhando força a tese neoliberal, acarretando assim, impactos significativos nas políticas sociais e nas formas de enfrentamento da Questão Social pelo Estado. Sendo assim iniciou se uma consolidação dessa ideologia, prejudicando as pessoas mais vulneráveis, pois as

políticas sociais vão assumindo um caráter cada vez mais residual que “soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família” (BEHRING, 2009)

Diante disso, a alimentação que é parte dos direitos fundamentais da humanidade, onde o Estado e o poder público têm a obrigação de garantir esse direito (CONSEA, 2006) fica em xeque porque o que deveria ser dever do Estado no neoliberalismo fica nas mãos de iniciativas privadas, colocando em risco a sobrevivência dos indivíduos. Ademais, o direito à alimentação está na Constituição Federativa do Brasil, sendo que no artigo sexto diz: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2018).

Importante ressaltar que a insegurança alimentar que afeta milhões de brasileiros não tem relação com a falta de comida, afinal, o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Porém, com a falta de políticas para a garantia do acesso a uma alimentação digna com qualidade e quantidade, o cenário se mostra totalmente desfavorável para a população mais pobre.

1.1.1 – A Constituição de 1988 e a hegemonia do neoliberalismo no Brasil

Com o esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador militar e da expansão da economia; elevação da dívida pública e aumento da organização dos movimentos sociais, nas décadas 1970 e 1980, o país passa por um processo de transição para a democracia que condiciona em muito a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 138).

Houve um processo de intensa institucionalização e centralização da previdência, da saúde e da assistência social com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), entre outros. Contraditoriamente, a ditadura militar abria espaços para a privatização das políticas de saúde, previdência e educação, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais – para quem pode e para quem não pode pagar – (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), caracterizando o enfrentamento às expressões da Questão Social por meio de repressão e assistência.

Após 21 anos de ditadura empresarial militar, o Brasil resgata sua democracia em 1985 começando a desenhar um novo cenário de novas configurações políticas, com o surgimento de novos partidos e organização dos movimentos sociais. Diante disso, concretou-se o caminho para uma nova Constituição Federal em 1988. Importante ressaltar que esta advém de uma conquista decorrente da expressiva participação popular.

Mesmo com a adesão neoliberal, a nova constituição foi um grande avanço para a classe trabalhadora, onde foram consolidados alguns direitos como: jornada semanal de 44 horas, o abono de férias e o 13º salário para aposentados, direito à greve e liberdade sindical. Além disso, obtiveram diversas outras conquistas em relação aos direitos humanos, tais como: proibição da tortura, fim da censura dos meios de comunicação, direito das crianças e adolescentes e a prática de racismo passou a ser um crime inafiançável.

Todas essas conquistas vieram com sentimento de emancipação e alívio pelo momento vivido de ditadura e se concretiza no discurso proferido pelo Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (1988):

Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de mofo. [...] A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis. A injustiça social é a negação do Governo e a condenação do Governo. [...] Repito, esta será a Constituição cidadã. Porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros. [...]

Nessa fala e ao ler a constituição, é possível afirmar que é uma constituição emancipatória, introduzido em perspectivas de uma construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Todavia, o dilema vem com as promessas incumpridas onde o cenário se mostra contrário às promessas, pouquíssimos direitos sociais garantidos na Carta Magna foram realmente assegurados nos anos subsequentes.

No ano de 1990, Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente a ser eleito por voto direto após a redemocratização. Com a crise econômica aprofundada no período ditatorial, o então presidente pressionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e com apoio do economista Bresser Pereira, realizou alterações nas leis trabalhistas, privatizações estatais e redução do investimento público, avançando a ideologia neoliberal no Brasil, indo na contramão da emancipação esperada pela constituição.

O neoliberalismo é um modelo econômico, político e social que advém da ofensiva burguesa ao avanço das conquistas da classe trabalhadora. Após a crise do Estado de bem-estar social, com o intuito de reacender o capitalismo e trazendo características fundamentais para isso como: privatizações, afastamento do Estado como regulador da economia e fomentador de políticas sociais.

Deste modo, a década de 1990 é marcada pela consolidação e expansão do neoliberalismo no Brasil, onde as políticas sociais assumem um caráter residual de forma que prejudique diretamente a população vulnerável. Somente após cinco anos da Constituição Federal é que foi promulgada a lei que rege até hoje a política de assistência social - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei n ° 8.742/1993.

Destaca-se que a LOAS, embora vigente, foi considerada uma lei morta, pela pouca aplicabilidade das gestões após sua promulgação, destacando-se as gestões nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994- 1998/ 1998-2002), as quais o neoliberalismo se aprofunda no Brasil, relativizando a intervenção estatal e abrindo espaço para o terceiro setor. A agenda política volta a dar mais importância à política de assistência social nos governos dos anos 2000, após a eleição dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo, do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que serão analisados com mais detalhes no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

AS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE A FOME NO BRASIL SOB A HEGEMONIA NEOLIBERAL

(...) O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (Carolina Maria de Jesus – Quarto de despejo)

Neste capítulo abordaremos o surgimento das políticas sociais no Brasil, suas potencialidades e suas compreensões paradoxais na esfera capitalista. Diante deste debate, será enfatizado sua atuação no campo da diminuição da fome e do direito à alimentação. Portanto, serão analisados programas como Bolsa Família, na perspectiva de transferência de renda, Fome zero e o Programa Mesa Brasil que está ligado ao terceiro setor, e mesmo com suas contradições, se torna um importante programa para sociedade brasileira.

O surgimento e desenvolvimento da política social no Brasil, ocorre de forma diferente dos países de capitalismo central. As particularidades históricas, já citadas anteriormente, mostram a relação de dominação que são determinantes para as relações sociais brasileiras e que afeta diretamente o desenvolvimento político.

Para Behring e Boschetti (2011) a introdução da política social no Brasil teve seu desfecho com a Constituição de 1937 - a qual ratificou a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foi promulgada em 1943.

Para Pereira (2009, p. 166), a política social “é identificada como uma política de ação, que tem perfil, funções e objetivos próprios e produz impactos no contexto em que atua”. Resultado da luta de classes, um resultado histórico que só foi possível pela organização dos trabalhadores, afinal, atualmente, todos os países capitalistas do mundo possuem políticas sociais.

Como vimos no capítulo anterior, a ofensiva neoliberal se expande e se consolida no Brasil em meados dos anos 1980 e 1990. Tal fenômeno impacta diretamente na ação ou omissão estatal frente aos problemas sociais. Além do desajuste estatal foram propostas reformas estruturais, conforme destacou Pereira (2007), como: estabilização da economia (adotada no Brasil em 1986 e em 1994); liberalização do comércio (adotada no

Brasil em 1990); reforma tributária; privatizações; reforma trabalhista e a previdenciária (em tramitação no Brasil). Netto (2007, p.159) complementa que as propensões no campo das políticas sociais são caracterizadas pela:

desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência); o combate à pobreza opera-se como uma política específica; a desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência); o combate à pobreza opera-se como uma política específica; a desresponsabilização do Estado e do setor público, concretizada em fundos reduzidos, corresponde à responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às organizações não-governamentais e ao chamado terceiro setor; desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a privatização/mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade; a política voltada para a pobreza é prioritariamente emergencial, focalizada e, no geral, reduzida à dimensão assistencial.

Desse modo, grande parte da sociedade fica excluída dos processos civilizatórios, indo para a informalidade das relações sociais, ficando sem direitos de cidadania. As políticas sociais devem estar presentes como princípio de universalidade, porém, quando se trata de projetos para garantir a alimentação básica, a focalização impacta diretamente os indivíduos da sociedade brasileira. Deste modo, a sociedade civil deve estar presente no controle democrático e social, como escrito pelas autoras:

“(...) a política social permanece atrelada à capacidade de organização das classes sociais, estando longe de se encerrar em uma tensão bipolar, entre Estado e movimento social, considerando que abarca diferentes sujeitos e, muitas vezes, interesses antagônicos, o que lhe imprime uma forma dialeticamente contraditória.” Aguiar; Padrão (2018, p.3)

Ao conceituar o que é a Segurança Alimentar atribuiu-se o acesso econômico e físico do alimento, sendo esse, um alimento nutritivo e suficiente para a satisfação das necessidades dos indivíduos. Por isso, denomina-se:

A segurança alimentar e nutricional é a realização de um direito de todos a ter acesso físico, econômico e social sustentável, contínuo, a uma alimentação adequada em quantidade e qualidade, com pertinência cultural, com adequado aproveitamento biológico para manter uma vida saudável e ativa. O objetivo de uma política alimentar nacional, no marco dos direitos humanos, é garantir esse direito a todos os cidadãos desse país a uma alimentação adequada em quantidade e qualidade. (VIVERO; ALMEIDA FILHO, 2010, p.35).

A Segurança Alimentar se assegura no reconhecimento do direito à liberdade da população de poder escolher o que produzir e consumir. Podendo assim, garantir não só um alimento, mas também o valor nutricional com qualidade, em uma perspectiva de

saúde. A Fome por si só não abarca a contradição da realidade que está posta sobre ela e dos indivíduos que convivem diariamente com ela. Se o contrário da fome é a alimentação, isso não poderia ser real no Brasil, afinal, é um dos maiores produtores do mundo. Contudo, a realidade não é a ideal, mesmo o Brasil sendo um grande produtor, os direitos sociais não superam as desigualdades porque não chegam na gênese do capital.

Ademais, a fome é projeto operacionalizado pela burguesia e protagonizado pela omissão do Estado, que perpetua sistemas de (des)proteção social (TELES; CORRÊA, 2021). Ocorre assim um descompasso diante da realidade social, da população que não se alimenta com uma grande produção agrícola de um país que transforma toda a riqueza de alimentos em mercadoria, beneficiando assim um sistema totalmente desigual.

Nos anos 1990, com a disseminação do ideário neoliberal no Brasil, ocorreu um retrocesso das políticas públicas de alimentação tornando-a seletiva e focalizada. No início dessa década, ganha expressão a Ação da Cidadania Contra à Fome, a Miséria e pela Vida, uma iniciativa da sociedade civil encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido por Betinho.

Este Plano de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida (PCFMV) de 1993, pautou-se na solidariedade privada, na parceria entre Estado, mercado e sociedade e na descentralização da provisão social. Esse plano incentivou a doação de alimentos para serem distribuídos a sociedade que necessitasse de alimentação, numa campanha nacional de combate voluntário à fome e à miséria no Brasil (PEREIRA-PEREIRA, 2011).

Nessa situação, fica bem nítida a noção de necessidade da alimentação e de um “Estado passivo” frente às mazelas sociais. Contudo, como era previsível, o PCFMV teria vida breve. Sem comprometimento do Estado, problemas como “restrições orçamentárias”, “fragilidade e desarticulação institucional”, “corrupção e clientelismo”, aliados ao “voluntarismo” da sociedade esvaziaram, na prática, o discurso da solidariedade e da parceria com os mercados.

2.1 – FHC e o comunidade solidária

O governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1994 - 2002) se denominava um governo social-democrata, porém, suas atitudes no governo eram totalmente diferentes. Na gestão do país, adotou uma política onde o desemprego teve um grande

aumento, utilizando de uma política macroeconômica excessivamente monetarista, ocorrendo o endividamento interno.

De fato, o Governo Fernando Henrique Cardoso implantou um projeto econômico e político que facilitou o acentuamento da doutrina neoliberal. Antunes (2004) afirma que, com um plano de estabilização monetária - o Plano Real - o governo conseguiu diminuir os índices inflacionários, mas recompôs o projeto burguês, desregulamentando a economia, efetivando a contrarreforma do Estado e privatizando parte substancial das atribuições públicas.

Outra dimensão do Governo FHC foi a criação do programa Comunidade Solidária, encabeçado pela primeira-dama Ruth Cardoso. Este programa foi criado tendo como pressuposto o combate à fome e à pobreza. Porém, tinha o intuito de desresponsabilizar o Estado de ações sociais e transferir esta responsabilidade para a sociedade civil, por meio de campanhas de incentivo ao voluntariado em nome da solidariedade e da cidadania.

A implementação de políticas públicas de distribuição de renda e combate à fome, era uma realidade no Brasil que já era debatida no início dos anos de 1990, uma vez que a fome devastava todo o território nacional e com mais ênfase na região do nordeste, como pode ser visto no mapa da fome do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) produzido no ano de 1992:

A metade dos brasileiros cuja renda não permite sequer acessar a uma quantidade adequada de alimentos localiza-se nas cidades. A parcela mais significativa destes - cerca de 7,2 milhões de indigentes - está no Nordeste. Outra parcela apreciável dos famintos urbanos está nas regiões metropolitanas - 4,5 milhões de pessoas, ou cerca de 30% do total de indigentes que vivem nas cidades brasileiras. Apesar da concentração no Nordeste e nas grandes cidades, a fome urbana dissemina-se por todo o território nacional. (IPEA 1992)

Durante o percurso de execução do programa, algumas campanhas foram criadas, dentre elas a campanha 'Ação da cidadania' contra a fome, a miséria e pela vida, foi uma ação encabeçada por Betinho, que juntou novamente setor público e iniciativas privadas para combater a miséria no território nacional. Porém, essa ação não foi tratada com prioridade dentro do governo.

Os cortes de gastos começaram nas iniciativas de ações sociais, com o intuito de equilibrar as contas públicas, onde o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) do

então presidente FHC, defende os cortes, e com isso, as ações e políticas públicas estagnaram sem verbas. Afinal foi no governo de FHC que se implementou de forma definitiva a lógica de acumulação de capital baseada na reprodução ampliada do capital fictício.

As ações efetuadas pelo programa comunidade solidária foram ações sociais importantes para o Brasil, pois como foi visto anteriormente pelos dados gerados pelo IPEA no ano de 1992, o governo de Fernando Henrique Cardoso encontra o país com sérios problemas no campo do combate à fome. Contudo, as iniciativas do programa comunidade solidária não foram o bastante para erradicar a fome, pois várias de suas iniciativas deixavam de ser amparadas pelo governo, deixando escancaradas as ideias do projeto neoliberalista para a sociedade brasileira.

Afinal, o governo FHC fez a opção por políticas públicas que se assemelhavam mais ao liberalismo econômico do que ao keynesianismo social-democrata, com uma identidade ambígua, quase não governamental, com formas institucionais de interlocução que contribuíam para confundir os papéis da sociedade e do Estado com relação às graves expressões da Questão Social. Para Gomes Junior (2021, p. 23), mudaram-se as pessoas, mas permaneceram as ideias e valores, ou seja, o programa Comunidade Solidária repetiu as velhas receitas que já haviam falhado, sempre em prejuízo da população.

2.2 – Lula: o Brasil contra a fome e a transferência de renda

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República por meio de eleições democráticas. Diante disso, um acordo político entre o Governo de FHC e o Governo do PT, concedeu uma transição de Governo plácida, com arranjos políticos de favorecimento para ambos, fazendo uma aliança entre PT e PL. A diferença entre essa transição para as outras foi que pela primeira vez o poder trocou efetivamente de mãos desde o fim do regime militar: ao invés de PFL, PMDB e PSDB se revezarem no Governo, terão vez os aliados de Lula, de partidos como PL, PC do B, PSB, PPS e PDT.

Apesar de uma transição entre governos harmoniosa, a desigualdade, exclusão social e insegurança alimentar eram as marcas do Brasil de oito anos atrás. O Brasil figurava como referência internacional no campo da desigualdade, um dos países com pior distribuição de renda do mundo (IBGE, 2003).

A eleição de Lula gerou uma expectativa positiva na maioria da população, por ele levantar bandeiras de esquerda desde sua militância no sindicalismo e suas primeiras candidaturas, defendendo teses de conteúdo socialista. No parlatório do Palácio do Planalto, em 1º de janeiro de 2003, Lula prometeu começar de imediato a campanha contra a fome:

Tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa, todo o santo dia, tomar café, almoçar e jantar, porque isso não está escrito no meu programa. Isso está escrito na Constituição Brasileira, está escrito na Bíblia e está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos.⁴

Lula avançou na proteção social como nenhum outro governo anterior. O Programa Bolsa Família, foi criado em 2004, a partir da unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação, no início o Programa Bolsa Família⁵ constituiu na concessão de benefícios mensais às famílias que recebiam até R\$ 100,00 per capita por mês, em contrapartida ao compromisso dessas famílias de garantir a frequência escolar e cuidados com a saúde das crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes. É importante mencionar que, desde abril de 2006, o Bolsa Família atende às famílias em situação de pobreza e extrema-pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$120,00 e R\$ 60,00, respectivamente.

Outro programa que foi criado por esse governo foi o “Fome Zero” com o propósito de combater a fome no Brasil, a principal promessa do presidente Lula. Este programa foi lançado em 2003 e constituiu-se em uma estratégia governamental que se inseriu na promoção da segurança alimentar e nutricional com o intuito de assegurar alimentação aos indivíduos vulneráveis, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania.

O programa girou em torno de quatro eixos que se articulavam: acesso aos alimentos (eixo 1); fortalecimento da agricultura familiar (eixo 2); geração de renda (eixo 3) e articulação e mobilização e controle social (eixo 4). o Presidente Lula, um operário, sindicalista, militante em defesa de um Brasil mais justo, trouxe na sua bagagem a convicção de que seria possível realizar e ganhar a luta contra a fome no país.

⁴ Discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003

⁵ O Programa Bolsa Família no ano de 2023 estabelece um pagamento mínimo de R\$600,00 para famílias que têm renda per capita de R\$218,00 por pessoa. O valor pode ter acréscimo de R\$50,00 por gestantes e de R\$150,00 por criança de 0 à 6 anos

Foi com o Governo Lula e o Programa Fome Zero que o tema da fome se torna efetivamente dever do Estado, e começa a dar importância ao tema, e colocar na agenda política os debates sobre essa temática, tais quais: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional; reativou-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que reuniu representantes da sociedade civil e propiciou, entre outras relevantes providências, a aprovação da LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, tornando a alimentação um dever do Estado.

No intuito de combater a fome no Brasil, foi criado o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), um dos principais programas que compõem o Programa Fome Zero, que articula a produção de alimentos da agricultura familiar e o acesso à alimentação saudável por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é conceituada, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSAN) - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o SISAN, como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (CONSEA, 2006). Direitos esses implementados no Governo do PT.

Foi com o governo do PT que ocorreu uma ampliação dos espaços participativos, onde aumentou o fortalecimento da participação popular, participação essa que fez com que os movimentos sociais ganhassem força para exigir que as políticas sociais entrassem em destaque na agenda política do governo.

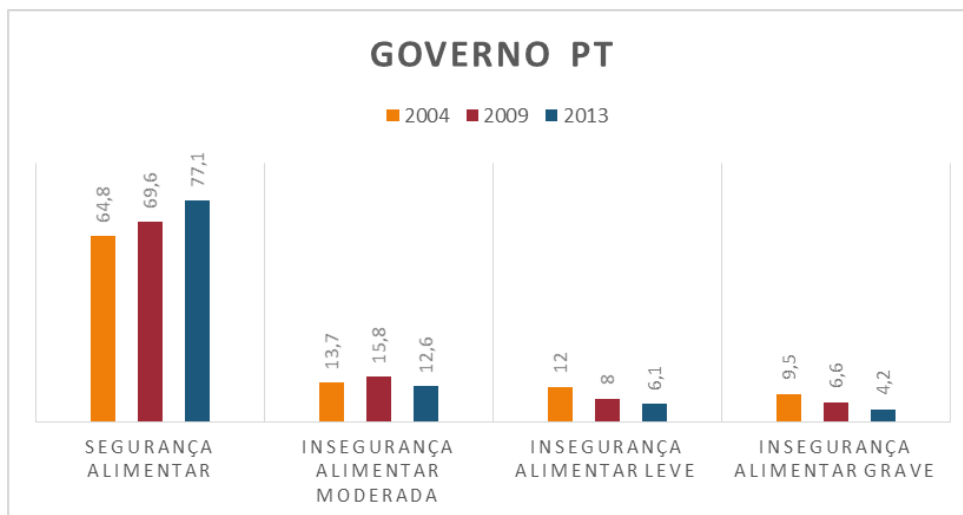


GRÁFICO II – Fonte: VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022.

O gráfico mostra que entre 2004 - 2009 e 2013 o Brasil era referência no combate à fome, as políticas públicas de erradicação da pobreza e da miséria aumentaram o nível de segurança alimentar da população. Os dados da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) do IBGE foram escolhidos nesses anos, pois em 2004 foi possível ter o primeiro diagnóstico domiciliar da situação de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar no Brasil, seguida de outras avaliações nos anos de 2009 e 2013. Esses resultados revelam importante redução do percentual de domicílios em insegurança alimentar em todo o país.

Embora nos governos Lula e Dilma (2003 - 2016) o Brasil tenha conseguido a efetivação de programas sociais e ter tirado o país do mapa da fome, porém, nos últimos anos do governo petista foi seguido por uma grave crise econômica com a redução do crescimento econômico seguido de um golpe político em 2016, onde o Brasil enfrentou governos ultraneoliberais⁶ que promoveram contrarreformas dos direitos sociais e trabalhistas, além das privatizações do fundo público.

2.3 – O combate à fome após o golpe político de 2016

⁶ Uma face mais destrutiva da barbárie neoliberal, com o favorecimento de um governo neofacista, que mobiliza o medo, os ressentimentos dentro da própria classe trabalhadora, e mobiliza ainda os piores sentidos da formação sócio histórica do Brasil: racista, misógina, xenófoba, machista, LGBTfóbica, ou seja, é o neoliberalismo se aprofundando sem nenhuma mediação progressista sobre nada.

O governo ilegítimo de Michel Temer, instaurado com o Golpe jurídico-parlamentar instaurou um processo de ataque e desmonte das políticas sociais, dentre elas o combate à fome. Neste governo, a primeira medida quanto ao desmonte da Previdência Social foi a junção do Ministério da Previdência Social e Trabalho e com o governo Bolsonaro o Ministério foi extinguindo. Além da implementação da PEC “da Morte”, já citada anteriormente, com o propósito de sucateamento da previdência social onde se coloca em vista a diminuição dos benefícios, nos déficits de infraestrutura e manutenção dos serviços públicos.

A falta de políticas sociais é acompanhada de diversas expressões da Questão Social, e dentro disso se encaixa a questão da fome que está atrelada com questões como: falta de moradia, como os cortes de gastos na educação e saúde. Novamente cito a autora Carolina de Jesus e seu livro “Quarto de Despejo”, onde é abordada a fome interligada a diversas outras problemáticas sociais, dentre elas a saúde mental. “Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome” (JESUS, 1960, p. 84).

A alimentação está diretamente relacionada à qualidade de vida dos indivíduos, que são necessidades básicas adquiridas através do acesso digno à saúde, trabalho, moradia, liberdade e afins. Durante os governos Temer e Bolsonaro (2016 - 2022) esses direitos e garantias sociais foram sendo retirados diariamente da classe trabalhadora. Diante disso, não é por acaso que em 2017 a fome no Brasil volta a crescer, e em 2022 o Brasil volta a estar presente no mapa da fome.

Os desmontes com relação a segurança alimentar no Brasil pode ser visto por meio dos dados disponibilizados pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2014/2018 que mostram a redução orçamentária de programas e metas. A distribuição de alimentos para população (cestas básicas) obteve uma redução de 82 milhões para 27,4 milhões, enquanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) diminuiu de 1,3 bilhões para 431 milhões.

Com a eleição do governo Bolsonaro a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan, Lei 11.346/2006) sofreu mudanças, tendo como consequência a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) órgão

que apresenta proposições e exerce o controle social na formulação, execução e monitoramento das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Com forte influência ultraneoliberal, foram feitos diversos cortes de direitos sociais, sobretudo do financiamento público, com congelamentos de recursos, ataques ao programa Bolsa Família, onde essas medidas que foram tomadas tiveram consequências diretas sobre as políticas sociais e a própria capacidade do estado de regular e implementar ações em prol do desenvolvimento. Além de todos os cortes e desmontes, ainda houve a negligência de uma pandemia global.

Com a pandemia de Covid-19 fica ainda mais exposta a situação de vulnerabilidade social, as diversas expressões da Questão Social e que dentro delas está a fome. Nos dados de 2020 da Oxfam Brasil, em 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres, os habitantes estavam passando fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor/raça branca, esse percentual foi de 7,5%. Aqui ressalto um recorte, onde se afirma que a fome tem raça, classe e gênero.

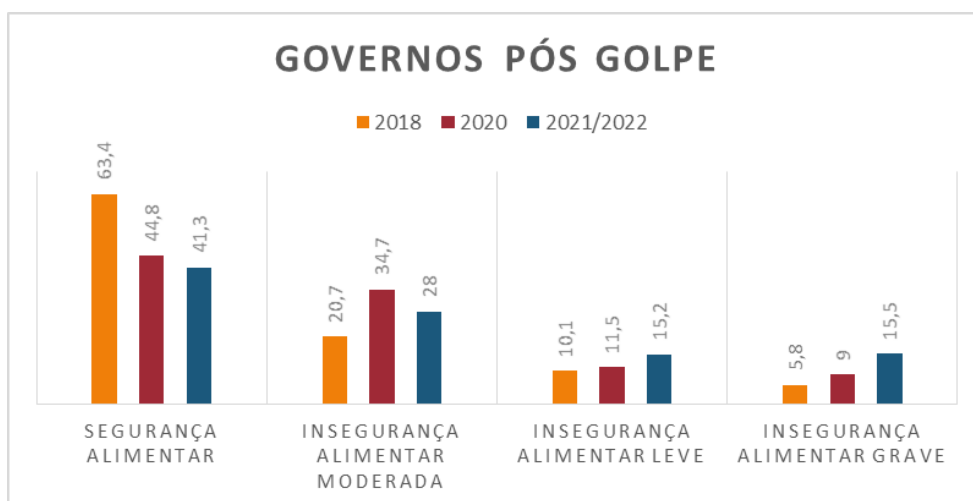


GRÁFICO II – Fonte: VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022.

Já os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2017-2018 mostram o oposto, do que foi visto em 2004-2009-2013, isto é, houve o aumento da insegurança alimentar, sobretudo, a insegurança alimentar grave, que indica ocorrência de fome, e com a pandemia de Covid-19 ocorreu uma queda ainda mais abrupta da segurança alimentar no país.

A não efetivação da política de segurança alimentar durante a crise de Covid-19 é reflexo de retrocessos e desmontes ocorridos no período deste governo, onde foi notória as consequências de políticas neoliberais como por exemplo: o congelamento de gastos sociais, reformas trabalhista e previdenciária que afetaram diretamente as condições de garantia da segurança alimentar.

Contudo, governo neoliberal de Bolsonaro foi inimigo das políticas sociais, nele as necessidades humanas básicas da população não importavam, apenas importava a satisfação do mercado e dos patrões, e essa sujeição significa caminhar para a extinção da classe trabalhadora, pois nem todos poderão acessar os produtos e serviços básicos, essenciais oferecidos no mercado. Deste modo o sistema de produção capitalista condena milhões de seres humanos à luta constante pelo acesso aos produtos essenciais à manutenção de suas necessidades vitais (PEREIRA, 2000 e ESTEVA, 1996).

CAPÍTULO III

SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE SOBRE A FOME NO BRASIL

É necessário afirmar que o pauperismo e o Serviço Social possuem uma relação histórica, onde a construção da profissão emergiu como uma resposta aos problemas causados pelo sistema capitalista. No Brasil o Serviço Social se institucionaliza e se fundamenta na década de 1930 na chamada “Era Getúlio Vargas”, pela devida crescente urbanização e industrialização que surge no país, como um dos recursos de mobilização do Estado, com suporte da Igreja Católica, pautado no caráter missionário e da caridade. Desse modo, as primeiras décadas do século XX são marcadas por uma maior intervenção do Estado “*para o atendimento das novas demandas coletivas, cumprindo também a função de controle social e esvaziamento da mobilização da classe operária em expansão.*” (SILVIA; CARVALHO, 2007, p.194).

Nessa conjuntura, o Serviço Social se estrutura como profissão e em 1936 é criada a primeira escola para a formação profissional de assistentes sociais em São Paulo e em seguida no Rio de Janeiro, onde o capitalismo encontrava-se mais desenvolvido. Em 1946, uma década depois, foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), que atualmente é a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

As bases do processo de formação da profissão, nos seus primórdios, seguiam os princípios da doutrina Social da Igreja, no ideário de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XII): o tomismo e o neotomismo (YAZBEK, 2009). Com amadurecimento, influenciada pelas perspectivas norte-americanas, a categoria passa por um processo de tecnificação, utilizando na sua atuação profissional, a teoria social positivista (YAZBEK, 2009). Conforme Yazbek (2009):

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social(...) O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (p. 6).

Nessa fase, tem-se a incorporação das abordagens norte-americanas individualistas de Caso, e posteriormente, das abordagens de Grupo e Comunidade, passando a tratar das manifestações da Questão Social de forma mais ampla. Contudo, ainda carregando condutas moralistas no desenvolvimento da profissão. Essa dimensão começa a ser questionada pela categoria das(os) profissionais em meados dos anos 1960, no contexto da América Latina, com o movimento de reconceituação. Para Iamamoto (2017), esse movimento foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente que contestavam na universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, com particularidades nacionais. Recusou-se a importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade.

No Brasil, o Movimento de Reconceituação concilia com o período da Ditadura empresarial Militar, afetando o debate brasileiro, pois este assume outras tonalidades e recebe distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos (IAMAMOTO, 2017).

Desta forma, mesmo com os avanços nas propostas de transformação social e os questionamentos críticos políticos nos anos 1960 e 1970, o Serviço Social é obrigado a recuar em suas propostas de renovação diante da censura e do autoritarismo imposta pelos militares Iamamoto (2017) destaca que:

No período da crise da ditadura, o Serviço Social vive um descompasso: ao mesmo tempo em que dispõe de condições materiais para dar o salto necessário visando responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, carecia de massa crítica para embasar uma autorrenovação nesses rumos (p. 26 – 27).

Neste processo, com a Constituição Federal de 1988, rompe-se com a concepção assistencialista largamente utilizada como instrumento de barganha populista ou de patronagem política, herdada da era Vargas, bem como com o padrão eminentemente contributivo de proteção social (PEREIRA-PEREIRA, 2011).

Após o período de ditadura militar (1970) e com a Constituição Federal (1988) ocorre um grande marco para o Serviço Social, o Movimento de Reconceituação, com o objetivo de trazer a profissão um olhar crítico diante da realidade, buscando assegurar o

não retorno de práticas conservadoras e moralizantes, que não refletiam e questionavam as contradições inerentes ao sistema capitalista e a barbárie da sociedade de classes.

Sendo assim, esse período foi fundamental para a construção do Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais, para que o profissional tenha condições de mediar a correlação de capital trabalho e trazer a reflexão do porquê das expressões da Questão Social e a importância das lutas sociais. Entre os princípios do Código de Ética Profissional de 1993 podemos destacar:

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; (CFESS, 1993, p. 23-24).

O Serviço Social tem como função e desafio problematizar a desigualdade social, as condições de patriarcado, violências, dentre outras expressões da Questão Social. Promover uma construção política que leve visibilidade à expressão da Questão Social como a fome, é urgente na conjuntura atual, em defesa dos direitos a uma alimentação saudável e contínua, estando em contraponto da indústria alimentar que visa o alimento só como lucro.

É necessário entender o papel da profissão dentro do estado brasileiro e no direito dos indivíduos, principalmente no que se discute sobre a questão da fome no Brasil. Afinal, a(o) assistente social atua em vários espaços, entre eles a segurança alimentar e nutricional. A diferença da ocupação desse espaço está no caráter intersetorial desta política, que garante assim, sua relação com diversas outras políticas públicas como a de assistência social, saúde, meio ambiente, agricultura familiar e educação. A garantia da alimentação como direito depende de um diálogo e conexão desses setores.

A Fome se torna objeto de relevância do Serviço Social à medida que a Questão Social e suas múltiplas expressões são indissociáveis da formação organizacional da sociedade capitalista, que desenvolve as forças produtivas e, na contrapartida, aprofunda as relações de desigualdade, de miséria e de pobreza. A questão social expressa os conflitos existentes na sociedade e é nesta tensão que atua o Assistente Social.

Segundo Silva (2003) é primordial compreender que a fome, além de ser uma consequência da pobreza, é também a sua causa. O autor argumenta que uma criança com fome pode até ir à escola, e que essa situação é ainda pior na primeira infância porque não se aprende nessa situação, quem tem fome tem a necessidade imediata de comer.

Se uma criança não tiver alimentação adequada até os seis anos de idade, terá sua capacidade de aprendizado comprometida por toda a vida. Mães em situação de vulnerabilidade alimentar não conseguem amamentar. O mesmo acontece com o trabalhador que, vivenciando essa situação, não consegue trabalhar (SILVA, 2003, p.53).

Nessa perspectiva, Silva (2003) analisa a fome como a expressão mais cruel da pobreza e desigualdade, onde a dificuldade de acesso à alimentação está relacionada à falta de renda, que está diretamente relacionada ao elevado nível de desemprego.

A produção dos alimentos, no modo de produção capitalista, tem a finalidade de obter lucro, sendo de grande importância no modo de produção, uma vez que incide diretamente no valor da força de trabalho, considerando as necessidades de reprodução social dos trabalhadores. A busca pela acumulação de lucro individual, condiciona que mesmo com a produção abundante de alimentos no Brasil, ainda haja fome.

Afinal, o acesso aos alimentos depende do poder de compra, que é seriamente impactado pelas condições de exploração da força de trabalho e as condições de subemprego e desemprego. Visto que, de nada adianta haver superávit na disponibilidade de alimentos no país, se a parte da população não tem renda para consumir esses alimentos.

Assim sendo, a concepção de que a fome está presente no Brasil e que é um fenômeno social, econômico e ambiental agravado pelo sistema capitalista, e os desdobramentos do neoliberalismo diante das mazelas impostas à classe trabalhadora, a defesa ao direito a uma alimentação contínua e de qualidade, com uma segurança alimentar e nutricional, e deve ser entendida como ocupação da profissão atuar nessa expressão da Questão Social.

Enquanto um direito, a alimentação não passa apenas pelas políticas públicas. Este direito se alcança juntamente com os movimentos sociais, a luta agrária e camponesa, com a afirmação da cultura alimentar de acordo com o território, possibilitando o direito à terra e a organização coletiva. Sendo, imprescindível a defesa da democracia e participação dos movimentos sociais nos espaços de decisões.

O projeto profissional do Serviço Social de acordo com NETTO (2009) deve estar articulado quanto aos desafios da profissão e ataques advindos do conservadorismo. Para atuar nas políticas públicas que propiciam o direito à alimentação, necessita estar diretamente ligado à realidade social, onde a fome e a pobreza permeiam e devem ser aplicadas estratégias profissionais para atuação.

De acordo com a lei de regulamentação profissional da categoria, Lei nº 8.662, de 1993, compete ao Assistente Social atuar nas políticas públicas, organizações populares e a orientação social a indivíduos, grupos e a população, destacando o inciso V quanto a: “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (BRASIL, 1993, p. 1)

Maria Lúcia Duriguetto (2015, p.190) aborda como é plural o exercício profissional da(o) assistente social e a importância da participação dos movimentos sociais e de manter o tripé entre Ensino, Pesquisa e Extensão além da organização dos coletivos e Diretório Acadêmico, e no exercício profissional.

O mergulho no cotidiano das necessidades e das resistências também nos abre possibilidades programáticas de intervenção junto às organizações e as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores: associações comunitárias, sindicatos, movimentos e lutas sociais pela reforma agrária, pela moradia, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, idosos, crianças e adolescentes etc. Podemos desenvolver ações de assessoria nessas organizações e lutas, na perspectiva de identificação de demandas, na discussão e na formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos; na importância da participação desses movimentos em fóruns, conselhos, conferências; no estímulo para se relacionarem com outros movimentos e organizações dos trabalhadores para a troca de experiências e formação de ações conjuntas etc (DURIGUETTO, 2015, p. 189 e 190).

Um movimento social importante para esta temática é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tem como objetivo a luta pela terra, por reforma agrária e por transformação social, além da democratização pelo acesso à terra garantindo a função social da terra. Também trás em sua proposta produzir alimentos com

o povo e para o povo, além da alimentação saudável livre de agrotóxicos e sementes transgênicas. Sendo que o agronegócio, uma das principais facetas do capitalismo dependente, dita quem come e quem não come nesta sociedade.

Desse modo, mais que nunca se faz necessário a busca ao pensamento crítico e o caminhar junto com os movimentos sociais para os enfrentamentos cotidianos que desafiam a atuação profissional em consonância com o projeto ético político dos assistentes sociais. Conforme conclui Guerra (2009)

Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica (p. 11).

É significativo o papel do Serviço Social no combate à fome, seja na expansão da política de segurança alimentar, ou na construção de uma contra-hegemonia para conter o desmonte da política. Não numa perspectiva messiânica, mas sim enquanto uma profissão com formação que possibilita a análise crítica das situações concretas envolvendo a sociedade, os movimentos sociais e a luta de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil está cristalizado na constante agudização das contradições imbricadas no modo de produção capitalista e a fome não está deslocada deste cenário. As iniciativas, tais como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Bolsa Alimentação, Fome Zero, Mais Alimentos e o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em relação à superação da fome como expressão da Questão Social existiram e existem, porém, são insuficientes já que vivemos em um modo de produção voltado à acumulação de capital que está aliada ao neoliberalismo, assim, as desigualdades presentes na sociedade são reduzidas a demandas meramente individuais, ou seja, as diversas formas de intervenções do Estado, são construídas e desconstruídas a partir de um jogo de interesses econômicos e políticos. Deste modo, a formulação de políticas não é neutra, é por meio dela que tensões são contidas através da conciliação das necessidades legítimas do povo e do capitalismo.

O Estado neoliberal reduz as políticas sociais à funcionalidade de manter a reprodução social a custos mínimos. A redução dos recursos públicos refere-se à redução aos serviços prestados pelo Estado aos trabalhadores, sem, no entanto, reduzir os repasses de verbas à burguesia. É o Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO, 2011).

Um dos maiores obstáculos para o avanço de políticas de combate à fome no Brasil está na própria realidade social comandada pela ofensiva neoliberal. O neoliberalismo, com seu Estado mínimo, dificulta a efetivação de políticas sociais e impossibilita a ampliação.

Temos como exemplo, os ataques ocorridos no pós golpe de 2016 e com maior força no governo Bolsonaro, nos anos seguintes, os quais desestruturaram os avanços dos anos anteriores às Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, iniciado em 2003 com o governo Lula.

Em períodos de crise no sistema capitalista, as políticas sociais se tornam objetos de fácil ataque por parte do Estado, especialmente, as políticas sociais voltadas para a pobreza e a fome. Cabe considerar que na sociedade capitalista e diante da atuação governamental neoliberalista o alimento é mercadoria. Portanto, quem não tem renda não tem como adquirir alimentos para si e para sua família. Neste sentido, os que se encontram fora do mercado de trabalho não possuem meios de adquirir subsídios para sobrevivência.

A(o) assistente social tem em seu Projeto Ético–Político no Brasil, a centralidade nos valores da liberdade, e na defesa intransigente dos Direitos Humanos. Uma profissão

que está na luta contra a maré, em defesa dos valores como: Igualdade, justiça e cidadania em meio aos avanços da política neoliberal e do desmonte do Estado.

Afinal, não adianta lutar por um sistema de saúde melhor se as pessoas não estiverem alimentadas, pois sem alimentação não é possível ter saúde, não adianta lutar por educação de qualidade se falta comida para muitas das escolas, pois sem alimentação não existe concentração para aprendizado. Portanto, é necessário haver uma defesa do direito a uma alimentação saudável e de qualidade. Jesus (1960 p.45) diz: “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. É horrível ter só ar dentro do estômago”.

A Segurança Alimentar no Brasil está intimamente ligada à renda. Não sendo garantida como direito, torna-se mais uma mercadoria assim como muitas outras necessidades básicas que deveriam ser universalmente acessadas, é necessário frisar que isso não ocorre por coincidência, acontece em razão de ser um projeto.

Diante disso, é necessário ser resistência, manifestar a luta da classe trabalhadora e lutar por políticas de combate à fome, para isso é importante entender os desafios mas ter esperança, assim como afirma Yamamoto “O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos: mais humanos, mais justos e mais solidários.” (2004, p.17)

REFERÊNCIAS

ABRANDH. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, Brasil. 2013.

AGUIAR, Odaleia Barbosa de; PADRÃO, Susana Moreira. **Restaurante Popular: a política social em questão**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª edição – São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Edição Atualizada até 04/2018. São Paulo, Brasil. 2018.

CARVALHO, D.B.B de; SILVIA, M.O.S.e. **A pós-graduação e a produção desconhecimento no Serviço Social brasileiro**. Brasília, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação Brasileira**. 2020.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares; 1980.

CONSEA, 2006. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Conceitos: Lei nº 11.346, 15 de setembro de 2006. Brasília, Brasil.

DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas**. **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária** / Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto, (orgs.). São Paulo: Cortez, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 2019.

GOMES JUNIOR, Newton Narciso. **Segurança Alimentar e Nutricional e Necessidades Humanas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUIMARÃES, Ulysses. **Discurso proferido na sessão da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, Câmara dos Deputados, 27 jul. 1988**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/seriebrasileira/decada-1980-89/pdf/Ulysses%20Guimaraes_270788.pdf

IAMAMOTO, Marilda Villela. **80 anos do serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA. **Políticas sociais – Acompanhamento e análise (1995-2005)**. Edição especial. 13, 2004.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, Pobreza e Serviço Social**. Revista em pauta, n19, 2007.

_____. **O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais**. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M. L. F. (Orgs) Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídio à crítica dos mínimos sociais**. 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Política Social in: Temas & Questões**. São Paulo: Cortez, 2009.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório sobre desenvolvimento humano para América Latina e Caribe sobre distribuição de renda**. ONU, 2010.

SAFFIOTI, Heleieith I. B. **Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras**. Revista Perspectivas. São Paulo, 1985.

SILVA, José Graziano. **O combate à fome no Brasil**. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge (org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminho para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003.

SOUZA, S. **Insegurança Alimentar, Acesso e Inflação de Alimentos no Brasil**. Tese Programa de Pós-Graduação em Economia Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2012. 230 p.

SPOSATI, Aldaiza O.; BONETTI, Dilsea A; YAZBEK, M.C.; CARVALHO, M.C.B. **A assistência social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TELES, Heloísa; CORRÊA, Lais Duarte. **A (des)proteção social como resposta do estado à “questão social” na América Latina**. In: Anais do V Seminário Internacional de Políticas Públicas, intersectorialidade e família: atravessamentos do neoliberalismo nas políticas públicas no contexto pandêmico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.